

Viação Santa Brígida Ltda.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Quotistas e Administradores da
Viação Santa Brígida Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Viação Santa Brígida Ltda. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Viação Santa Brígida Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

COVID-19

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a doença provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), conhecida como COVID-19, que se tornou um problema de saúde pública mundial, trouxe impactos relevantes e sem precedentes na economia brasileira e mundial, principalmente para a atividade de transporte coletivo. A doença e as políticas de saúde pública de combate ao novo coronavírus, principalmente relacionadas a circulação de pessoas e ao isolamento social, resultaram na redução de utilização do transporte público e, conseqüentemente, de geração de receitas da Sociedade. Até o presente momento, não há como determinar quais serão os impactos futuros nas operações e nos negócios da Sociedade, e conseqüentemente, em suas demonstrações contábeis, mesmo considerando o avanço da vacinação e redução do número de contaminados e o surgimento de novas variantes. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não contemplam quaisquer ajustes relacionados a este assunto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 23 de abril de 2021, continha parágrafo de ênfase quanto aos assuntos discutidos na seção “Ênfase”.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2022


Raphael Tonetto Rodrigues
CT CRC 1SP-307.040/O-0

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

Viação Santa Brígida Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	616	19.587
Aplicações financeiras	3	11.659	38.934
Contas a receber	4	39.102	8.993
Estoques	5	7.691	4.745
Impostos a recuperar	6	3.189	37
Outras contas a receber	-	1.430	2.528
Total do ativo circulante		<u>63.687</u>	<u>74.824</u>
Ativo não circulante			
Depósitos e cauções	7	24.818	23.712
Impostos diferidos	8	9.678	7.052
Adiantamentos para investimentos	9	-	1.231
		<u>34.496</u>	<u>31.995</u>
Investimentos	10	244	242
Imobilizado	11	258.943	300.035
Intangível	-	26	29
Total do ativo não circulante		<u>293.709</u>	<u>332.301</u>
Total do ativo		<u><u>357.396</u></u>	<u><u>407.125</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	43.830	74.204
Fornecedores	13	8.696	4.881
Obrigações trabalhistas e sociais	14	24.422	23.784
Obrigações tributárias	15	1.963	2.679
Outras contas a pagar	17	5.528	4.016
Arrendamento	18	2.550	2.639
Total do passivo circulante		86.989	112.203
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	80.323	133.810
Passivos contingentes	19	22.198	20.892
Outras contas a pagar	17	11.370	2.272
Arrendamento	18	51.336	61.215
Total do passivo não circulante		165.227	218.189
Patrimônio líquido			
Capital social	20	52.000	52.000
Reservas		53.180	24.733
Total do patrimônio líquido		105.180	76.733
Total do passivo e patrimônio líquido		357.396	407.125

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita líquida	21	451.964	402.366
Custo dos serviços prestados	22	(362.916)	(323.857)
Lucro bruto		<u>89.048</u>	<u>78.509</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	23	(38.193)	(46.686)
Outras (despesas) operacionais líquidas	-	307	1.140
Resultado de equivalência patrimonial	10	2	(1)
Lucro operacional e antes do resultado financeiro		<u>51.164</u>	<u>32.962</u>
Resultado financeiro líquido	24	<u>(18.892)</u>	<u>(17.183)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro		<u>32.272</u>	<u>15.779</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente	25	(4.001)	(11.268)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	8	2.626	6.275
Lucro líquido do exercício		<u>30.897</u>	<u>10.786</u>
Lucro líquido por quota - em reais		<u>0,59</u>	<u>0,21</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	----- 30.897	----- 10.786
Total do resultado abrangente do exercício	----- <u>30.897</u>	----- <u>10.786</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social (Nota 19.a)	Reservas		Lucros acumulados	Total
		Reserva de capital	Reserva de lucros (Nota 19.b)		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	52.000	117	14.506	-	66.623
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.786	10.786
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	676	-	(676)
Transferência para reserva de lucros	-	-	10.786	(10.786)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	52.000	117	24.616	-	76.733
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.897	30.897
Distribuição de lucros	-	-	(2.450)	-	(2.450)
Transferência para reserva de lucros	-	-	30.897	(30.897)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	52.000	117	53.063	-	105.180

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Viação Santa Brígida Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	30.897	10.786
Ajustes para reconciliar o lucro do período com o		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	33.457	33.911
Provisão para contingência	11.904	18.527
Perda estimada com contas a receber	46	10
Resultado da equivalência patrimonial	(2)	1
Imposto diferido	(2.626)	(6.275)
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados e não pagos	19.895	18.006
Resultado com operação de Swap	(2.080)	(11.930)
Variação cambial	967	10.588
Juros sobre arrendamento mercantil	5.591	6.117
Descontos obtidos sobre arrendamento mercantil	-	(3.440)
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Contas a receber	(30.155)	(1.944)
Estoques	(2.946)	(383)
Impostos a recuperar	(3.152)	3.084
Outras contas a receber	1.098	(438)
Depósitos e cauções	(1.106)	(2.208)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	3.815	805
Obrigações trabalhistas e sociais	638	(10.685)
Obrigações tributárias	(716)	367
Outras contas a pagar	20.610	(1.111)
Passivos contingentes	(10.598)	(2.239)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	75.537	61.549
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	27.275	(22.747)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de itens do ativo intangível	(552)	(484)
Baixa de imobilizado e intangível	726	363
Dividendos recebidos	-	398
Adiantamento para futuro investimento	1.231	(527)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	28.680	(22.997)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	31.700
Pagamento de empréstimos – principal e juros	(102.643)	(46.097)
Arrendamento	(8.095)	(5.080)
Distribuição de lucros	(2.450)	-
Mútuos com coligadas	(10.000)	-
Caixa líquido (consumido nas) proveniente das atividades de financiamento	(123.188)	(19.477)
(Redução) / Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(18.971)	19.075
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	19.587	512
No fim do exercício	616	19.587
(Redução) / Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(18.971)	19.075

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Viação Santa Brígida Ltda. (“Sociedade”) constituída em 26 de julho de 1966, tem por objetivo a exploração de serviços de transportes coletivos de passageiros, operando no Município de São Paulo conforme contrato de concessão celebrado com a Secretaria Municipal de Transportes, órgão da Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo. Sua principal fonte de receita decorre da exploração destes serviços, que é auferida através de remuneração atribuída pela São Paulo Transportes S.A. – SP TRANS.

Em 06 de setembro de 2020, a Sociedade, através do Consórcio Bandeirante de Mobilidade AR1 e E1, obteve do Poder concedente a concessão dos serviços públicos de transporte de passageiros (linhas Municipais). O prazo da concessão é de 15 anos.

Para atender as demandas geradas por este serviço, a Sociedade conta com aproximadamente, 3.842 colaboradores e 674 veículos, alocados em duas Unidades, localizadas no município de São Paulo. A Sociedade faz parte do Grupo Nossa Senhora do Ó.

1.1. COVID-19

Desde meados do mês de março de 2020, o mundo foi surpreendido pelo crescente avanço de um vírus surgido no final de 2019 e que se alastrou rapidamente, gerando uma pandemia global. Os efeitos mais diretos começaram a aparecer no Brasil no final de fevereiro e em março de 2020 os governos estaduais e municipais impuseram ações de isolamento social que tiveram impacto direto em todos os negócios do Grupo Nossa Senhora do Ó, ao qual a Sociedade faz parte.

Imediatamente, a partir de março de 2020, o conselho de diretores executivos do Grupo passou a se reunir semanalmente tomando decisões e implementando ações para minimizar os efeitos da crise, reagindo de forma rápida e diligente com base em padrões éticos de conduta profissional e responsabilidade social. Para isso, seguiu todas as recomendações de prevenção e contenção da COVID-19 recomendadas pelos órgãos de saúde competentes para se proteger, proteger seus colaboradores, a sociedade no entorno das suas operações, além da sua própria operação contra os efeitos sociais e econômicos produzidos pela pandemia.

Dentre as ações adotadas para a proteção dos seus mais de 9.000 colaboradores (do Grupo), foram implantadas medidas e alguns processos sanitários para a indispensável proteção da saúde de cada um dos envolvidos. Entre elas destacam-se:

- Reforço na higienização dos ambientes, seja das garagens, escritórios, bem como dos ônibus;
- Disponibilização de álcool em gel 70% em todos os setores;
- Distribuição de máscaras de tecido para todos os colaboradores;
- Incremento, esclarecimento e incentivo ao distanciamento social;
- Reforço nas publicações internas com informações de prevenção à COVID-19;
- Cancelamento de reuniões presenciais - nas unidades ou externas -, bem como cancelamento de treinamentos internos e externos presenciais, adotando meios eletrônicos para realizar os contatos de trabalho;
- Demarcação de espaços de intervalo, em refeitórios e distanciamento na espera de atendimento nos postos de venda de créditos, bem como por ocasião da entrega de férias por parte dos colaboradores

Além da adoção de protocolos médicos validados com:

- Aferição de temperatura corpórea de todos os colaboradores no acesso às garagens, shopping e escritórios;
- Afastamento por 14 dias dos colaboradores com teste positivo, conforme protocolo do Ministério da Saúde e OMS;
- Afastamento dos colaboradores integrantes dos grupos de risco, conforme critérios da OMS e Ministério da Saúde, com implantação de home-office para colaboradores de todas as funções que comportam eficazmente tal medida;
- Divulgação de materiais de reforço comportamental na prevenção à COVID-19 através dos canais oficiais de comunicação do Grupo (Comunicados digitais, e-mails, portal do colaborador e Alertas de Segurança).
- Grande incentivo para que os colaboradores se vacinassem a partir de maio de 2021, com parcerias com algumas prefeituras para que aplicassem as doses nas próprias garagens para as pessoas de grupos considerados prioritários.
- Acompanhamento ao longo do segundo semestre de 2021 dos certificados de vacinação e estímulo para que as pessoas sem o ciclo vacinal completo se vacinassem.

Estas medidas, ajudaram a preservar a saúde e as vidas dos nossos colaboradores ao longo de 2020 e 2021, assegurando que não houvesse impacto no desempenho operacional e no cumprimento das viagens realizadas pelas empresas do Grupo responsáveis pelo transporte de pessoas.

Impactos econômicos e financeiros

Apesar das boas perspectivas de retorno das atividades no final de 2020, já logo no início do ano vários índices demonstraram que a pandemia ganharia força em todo o Brasil. O surgimento de uma nova Cepa do vírus em Manaus com maior poder de transmissão, novos estudos indicando a possibilidade de nova contaminação para aqueles que já tinham se infectado anteriormente, somado à baixa adesão da população brasileira às recomendações de distanciamento social fez com que o Brasil se tornasse o novo epicentro da pandemia no mundo.

Sendo assim, a partir de março de 2021, todos os municípios em que o Grupo opera no transporte coletivo municipal retroagiram à fase vermelha do Plano São Paulo do Governo Estadual, adotando fortes restrições a movimentação de pessoas, o que novamente impactou diretamente na quantidade de passageiros transportados. Por determinação do poder público, o Grupo manteve a frota que vinha operando anteriormente nas ruas para tentar manter o distanciamento social. Essas restrições permaneceram bastantes intensas até o final do primeiro semestre, quando a vacinação começou a avançar com mais força e os índices de contaminação e mortes começaram a reduzir. Os colaboradores de linha de frente das empresas de ônibus foram considerados grupos prioritários e começaram a ser vacinados em maio de 2021.

Com relação a iniciativas federais para auxiliar as empresas, a única medida que adotamos foi a prorrogação do pagamento do FGTS do primeiro semestre para o segundo semestre. Houve uma nova rodada de suspensões e reduções de contratos de trabalhos no primeiro semestre, mas, como a frota estava quase 80% na rua, não houve uma grande adoção dessas medidas no Grupo.

Por conta da elevação da taxa de juros no país, procuramos reduzir parte da exposição em dívidas de longo prazo, com juros pós fixados ao longo de 2021. Conseguimos liquidar praticamente 1/3 do nosso endividamento com linhas de curto prazo e mais baratas do que as praticadas anteriormente.

Ao longo do segundo semestre, a recuperação se tornou mais consistente e atingimos em novembro de 2021 o maior índice de passageiros transportados, beirando os 80% comparando ao mesmo mês de 2019. Contudo, os efeitos do crescente aumento dos preços do petróleo no mercado mundial, com uma valorização de aproximadamente 53% ao longo do ano de 2021, e os aumentos por conta da inflação atingindo toda a cadeia de insumos de reposição, com reflexo também nos dissídios coletivos do final do ano, causou uma grande defasagem no caixa de todas as empresas.

Em contrapartida, alguns municípios e o governo estadual passaram a subsidiar as operações com contratos deficitários ao longo de 2021 e em quase todas as prefeituras forma aprovados decretos em que a tarifa paga pelo passageiro poderá ser complementada por subsídios em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro. Na cidade de São Paulo inclusive, a partir de setembro, o gatilho de custo do diesel foi atingido e a prefeitura passou a repor o custo do aumento do diesel para todo o setor. Aguardamos que essas medidas passem a surtir efeito ao longo do ano de 2022 para conseguirmos recuperar a rentabilidade das empresas principalmente da Grande São Paulo.

Perspectivas 2022

As notícias sobre a rápida disseminação de uma nova variante da COVID-19 alarmaram o mundo no mês de dezembro e atingiu fortemente o Brasil no início de janeiro. Contudo, graças ao alto índice de pessoas vacinadas, principalmente em São Paulo, a gravidade foi muito pequena e não houve grandes alterações nas restrições de circulação já adotadas. Além disso, houve a redução pelo ministério da saúde do tempo de afastamento dos colaboradores do trabalho o que nos ajudou a manter o nível de atendimento das nossas viagens apesar do elevado número de pessoas contaminadas no grupo.

A recuperação dos passageiros transportados após o retorno das aulas presenciais foi bastante forte e no final do primeiro trimestre na média chegamos a quase 85% de passageiros transportados ao se comparar com novembro de 2019.

As prefeituras em que conseguimos acordos vêm cumprindo em dia com suas obrigações de pagamentos de subsídios ao longo do primeiro trimestre. Houve aumento de tarifa em dois municípios em que operamos e nos demais existe a perspectiva de aumento após a aprovação do auxílio do governo federal para o setor de transportes por meio do reembolso de passageiros não pagantes em todos os municípios. E por fim, o serviço intermunicipal deve passar por um processo de prorrogação de contrato no início de abril com regras de compensação de custos e pagamento de subsídios que devem reverter o grande déficit que ele vem apresentando nos últimos anos.

A inflação ainda preocupa bastante, juntamente com o aumento dos custos do diesel por conta da instabilidade trazida pela guerra entre Rússia e Ucrânia. Somente no 1º trimestre de 2022, o custo do diesel aumentou quase 20% e isso nos obriga a uma nova rodada de negociações com os órgãos gestores para compensar as perdas por conta dessa forte elevação. Além disso, todo o Grupo tem tomado algumas medidas para tentar reduzir o consumo de diesel em sua frota com o aperfeiçoamento do uso de tecnologias de monitoramento telemétrico.

Outro impacto que pode ser relevante no negócio são as eleições que ocorrerão no segundo semestre, principalmente por conta da implantação de medidas que afetem o setor de transporte a fim de angariarem votos e popularidade para os atuais gestores em detrimento dos contratos e acordos firmados com as empresas.

De qualquer maneira, cremos que o ano de 2022 será mais positivo que os últimos dois anos de pandemia e que poderemos voltar a investir no negócio caso todas as mudanças que estão postas comecem a surtir efeito ao longo desse ano.

2. Base de apresentação e preparação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão da Sociedade) foram aprovadas e autorizadas para a emissão pela diretoria da Sociedade em 26 de abril de 2022.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Sociedade é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.4. Continuidade

A administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

2.1.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os principais valores estimados decorrem da seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e intangível, das provisões para passivos contingentes e trabalhistas, do reconhecimento de perdas para créditos de liquidação duvidosa e das determinações para tributos incidentes sobre o resultado e outras similares. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação a essas estimativas.

2.2. Principais práticas contábeis

2.2.1 Apuração do resultado

O resultado das operações relativos aos custos e despesas são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento do atingimento da obrigação de performance. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização. Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e podem ser razoavelmente mensurados.

2.2.2. Perda por redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos imobilizado e intangível são revistos ao final de cada exercício para determinar se há qualquer indicação de que esses ativos sofreram uma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável de qualquer ativo afetado (ou grupo de ativos relacionados) é estimado e comparado com o seu valor contábil. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil deve ser reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida imediatamente no resultado do exercício, com possível reversão no futuro, se julgado aplicável.

Na expectativa de continuidade operacional a administração analisou a probabilidade de indicação de perda ou redução do valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível, concluindo que não caberia qualquer ajuste de redução em 31 de dezembro de 2021.

2.2.3. Caixa e equivalente de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.2.4. Instrumentos financeiros

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis.

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Classificação e mensuração

A Sociedade classifica seus ativos e passivos financeiros como de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(a) Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes, fornecedores e empréstimos e financiamentos

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização ou liquidação, estando, quando aplicável, destacados na correspondente nota explicativa os rendimentos ou encargos financeiros auferidos ou incidentes, os quais refletem as condições usuais de mercado.

(b) Considerações sobre riscos

Risco de crédito

É avaliado como baixo em face da particularidade da operação (transporte de passageiro). As demonstrações contábeis, quando aplicável, contemplam eventuais perdas esperadas na recuperação de recebíveis.

(c) Derivativos

A Sociedade possui operações de *swap* de fluxo de caixa no exercício de 2021 e 2020, contratados as condições normais de mercado, os detalhes destas operações estão divulgados na Nota Explicativa nº 12 item a).

2.2.5. Contas a receber

São registradas e mantidas no ativo pelo valor nominal e deduzidas das perdas de crédito esperadas com base em análise dos valores a receber e em montante considerado pela administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos. Não há ajuste a valor presente do saldo do contas a receber devido ao curto prazo de realização.

2.2.6. Estoques

Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado; o reconhecimento de perda para estoques obsoletos é efetuado sempre que identificado.

2.2.7. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e construção de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil de cada componente.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.2.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações (em base *pró-rata dia*).

2.2.9. Empréstimos e financiamentos

São registrados pelo seu valor nominal acrescidos de juros, calculado "*pro-rata dia*" até a data de encerramento das demonstrações contábeis. As parcelas vincendas em período acima de 12 meses são classificadas no passivo não circulante.

2.2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.11. Passivos contingentes

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais da Sociedade.

2.2.12. Demais passivos circulantes e não circulantes

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou é constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

2.2.13. Tributação

Impostos sobre prestação de serviços

As receitas de venda e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição previdenciária sobre a receita bruta – 2%

As receitas de serviços prestados estão apresentadas líquidos destes encargos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O IRPJ é computado sobre o lucro tributável à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, e a CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Os tributos diferidos, quando aplicável, são calculados sobre os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, decorrentes das adições e exclusões efetuadas no resultado contábil para fins da determinação do resultado tributário. Essa contabilização está fundamentada na expectativa de realização de lucros tributáveis para o próximo exercício.

2.2.14. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2., a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais informações sobre julgamentos e estimativas críticas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir:

a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Sociedade verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para os ativos financeiros e não financeiros.

b) Passivos contingentes

A Sociedade reconhecerá passivo contingente sempre que a perda puder ser razoavelmente estimada. Na hipótese em que o montante envolvido não possa ser razoavelmente estimado, toda e qualquer informação relevante será divulgada, em nota explicativa, expondo os riscos em que a Sociedade está sujeita.

c) Perda esperada com contas a receber

Uma provisão é registrada em uma quantia considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas decorrentes de cobranças de créditos a receber com base na perda esperada. Para reduzir o risco de crédito, a Sociedade adota como prática a análise dos créditos pendentes de longa data.

2.2.15. Novas normas, alterações e interpretações de normas adotadas no exercício corrente

- **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência**

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações contábeis quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- a) Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- b) Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- c) Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

- **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento**

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16, sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

2.2.16. Novas normas, alterações e interpretações de normas ainda não adotadas

- **Alterações ao CPC 26 (R1) (IAS 1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante**

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1ª de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

a) **Alterações ao 23 (IAS 8): Definição de estimativas contábeis**

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8, norma correlata ao CPC 23, no qual introduz a definição de estimativas contábeis. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1ª de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	603	475
Bancos	13	19.112
Total de caixa e equivalentes de caixa	616	19.587
Aplicações financeiras	11.659	38.934
Total de aplicações financeiras	11.659	38.934

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata e taxa média de remuneração em 73,74% em 2021.

4. Contas a receber

	2021	2020
São Paulo Transporte S.A.	38.552	8.322
Clientes diversos	748	823
(-) Perda esperada com contas a receber	(198)	(152)
Total	39.102	8.993

Os valores a receber da São Paulo Transporte S.A, refere-se aos serviços de transporte coletivo de passageiros, reconhecidos pelo valor individual das bilhetagens incorridas. O saldo de R\$ 38.552 não possui créditos vencidos em 31 de dezembro de 2021.

A composição do saldo, com base nos vencimentos, é a seguinte:

	2021	2020
Valores a vencer	38.883	8.879
Vencidas de 01 a 30 dias	147	41
Vencidas de 31 a 60 dias	2	3
Vencidas de 61 a 90 dias	0	19
Vencidas de 90 a 180 dias	5	45
Vencidas a mais de 180 dias	263	158
Total	39.300	9.145

A movimentação da perda esperada com contas a receber para os exercícios de 2021 e 2020 é conforme segue:

	2021	2020
Saldo inicial	(152)	(142)
Constituição	(56)	(10)
Reversão	10	-
Saldo final	(198)	(152)

Por meio de julgamento realizado com base no histórico de realização dos valores em aberto e na expectativa de perdas futuras, a administração da Sociedade entende que não existem perdas adicionais significativas a serem registradas em 31 de dezembro de 2021.

5. Estoques

	2021	2020
Combustíveis	1.679	971
Peças, componentes e acessórios	2.999	2.655
Pneus	1.779	116
Uniformes	335	149
Recondicionados	149	358
Estoque em poder de terceiro	269	115
Outros	481	381
Total	7.691	4.745

6. Impostos a recuperar

	2021	2020
IRPJ (i)	2.450	-
CSLL (i)	692	-
IRRF	34	24
INSS	13	13
Total	3.189	37

- (i) A Sociedade procedeu com a antecipação do imposto de renda e contribuição social cujos saldos, não compensados na apuração do lucro real até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, serão recuperados em exercícios posteriores.

7. Depósitos e cauções

	2021	2020
Depósitos processos trabalhistas	5.281	5.379
INSS – FAP (i)	19.366	17.767
Outros	171	566
Total	24.818	23.712

- (i) A Sociedade está em discussão judicial junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre o percentual do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), da forma que mantém depositado em juízo os montantes em discussão de R\$ 19.366 em 2021 (R\$ 17.767 em 2020).

8. Impostos diferidos

São registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o respectivo valor contábil além dos prejuízos fiscais apurados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos	2021	2020
Provisão para demandas judiciais	22.198	16.289
Outras provisões	6.268	4.452
Total	28.466	20.741
Total do IRPJ e CSLL diferidos ativo (34%)	9.678	7.052

A movimentação do imposto diferido ativo para os exercícios de 2021 e 2020 é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	777
Adições	6.275
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.052
Adições	2.626
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.678

9. Adiantamentos para investimentos

	2021	2020
Adiantamento para constituição do STCP SP – FIP (i)	-	1.231
Total	-	1.231

(i) Em decorrência de requerimento contratual junto ao Poder Concedente, a Sociedade e os demais participantes do sistema de transporte coletivo público da Cidade de São Paulo constituíram em 2020 um Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, com o objetivo de aquisição de participação em empresa do setor de tecnologia da informação voltada para o mercado de transporte coletivo de passageiros e para administração de ativos relacionados, direta ou indiretamente a esta finalidade.

Em 2021, foi definido através de aditivo contratual que a implantação e manutenção do SMGO, inclusive da infraestrutura necessária à sua operação, passam a ser de competência do Poder concedente em conjunto com a SPTrans, o que encerrou a necessidade da constituição do Fundo mencionado no contrato.

10. Investimentos

O saldo de investimentos está assim apresentado:

	% de Participação	2021	2020
Coligadas Diretas			
Primebus Comercialização de Veículos Ltda.	35,80%	244	242
Total		244	242

A Sociedade não controla a coligada.

As movimentações para o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Primebus

Saldo em 31 de dezembro de 2019	641
Resultado de equivalência patrimonial	(1)
Distribuição de lucros	(398)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	242
Resultado de equivalência patrimonial	2
Saldo em 31 de dezembro de 2021	244

As informações acerca dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como seguem:

2021					
Investidas	País	Participação	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo do exercício
Primebus Comercialização de Veículos Ltda.	Brasil	35,80%	681	-	8

2020					
Investidas	País	Participação	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro do exercício
Primebus Comercialização de Veículos Ltda.	Brasil	35,80%	676	-	(3)

11. Imobilizado

	Média de vida Útil estimada (em anos)	Bens em operação				Depreciação acumulada				Imobilizado líquido	
		2020	Adição	Baixa	2021	2020	Adição	Baixa	2021	2021	2020
Instalações e benfeitorias	4	1.842	63	-	1.905	(1.539)	(113)	-	-1.652	253	303
Máquinas e equipamentos	10	3.078	28	-	3.106	(2.411)	(145)	-	-2.556	550	667
Móveis e utensílios	10	2.281	17	-	2.298	(1.965)	(158)	-	-2.123	175	316
Ônibus	5 a 10	412.926	-	(22.514)	390.412	(181.025)	(27.818)	21.916	-186.927	203.485	231.901
Vans	-	629	-	(175)	454	(617)	(10)	173	-454	0	12
Veículos de suporte operacional	5 a 10	1.293	-	(25)	1.268	(901)	(117)	25	-993	275	392
Equipamentos de informática	5	2.478	-	-	2478	(2.412)	(251)	-	-2663	-185	66
Validadores eletrônicos	5	6.468	444	-	6912	(4.294)	(113)	-	-4407	2505	2.174
AVL – GPS	-	2.350	-	(207)	2143	(2.316)	(401)	81	-2636	-493	34
Benfeitorias em bens de terceiros	4	6.316	-	-	6316	(1.548)	(10)	-	-1558	4758	4.768
Direito de uso (i)		68.364	-	(7.464)	60.900	(8.962)	(4.318)	-	-13.280	47.620	59.402
Total		508.025	552	(30.385)	478.192	(207.990)	(33.454)	22.195	(219.249)	258.943	300.035

(i) Direito de uso referente aos arrendamentos das localidades de Jaraguá e Mangalot.

	Média de vida Útil estimada (em anos)	Bens em operação				Depreciação acumulada				Imobilizado líquido	
		2019	Adição	Baixa	2020	2019	Adição	Baixa	2020	2020	2019
Instalações e benfeitorias	4	1.822	20	-	1.842	(1.428)	(111)	-	(1.539)	303	394
Máquinas e equipamentos	10	3.014	64	-	3.078	(2.259)	(152)	-	(2.411)	667	755
Móveis e utensílios	10	2.278	4	(1)	2.281	(1.802)	(163)	-	(1.965)	316	476
Ônibus	5 a 10	443.720	-	(30.794)	412.926	(183.801)	(27.926)	30.702	(181.025)	231.901	259.919
Vans	-	1.655	-	(1.026)	629	(1.267)	(105)	755	(617)	12	388
Veículos de suporte operacional	5 a 10	941	393	(41)	1.293	(833)	(111)	43	(901)	392	108
Equipamentos de informática	5	2.475	3	-	2.478	(2.362)	(50)	-	(2.412)	66	113
Validadores eletrônicos	5	6.468	-	-	6.468	(3.867)	(427)	-	(4.294)	2.174	2.601
AVL – GPS	-	2.350	-	-	2.350	(2.305)	(11)	-	(2.316)	34	45
Benfeitorias em bens de terceiros	4	6.316	-	-	6.316	(1.297)	(251)	-	(1.548)	4.768	5.019
Direito de uso (i)		66.964	1.400	-	68.364	(4.393)	(4.569)	-	(8.962)	59.402	62.571
Total		538.003	1.884	(31.862)	508.025	(205.614)	(33.876)	31.500	(207.990)	300.035	332.389

(i) Direito de uso referente aos arrendamentos das localidades de Jaraguá e Mangalot.

12. Empréstimos e financiamentos

	Encargos (%a.a.)	2021	2020
Empréstimos e capital de giro (a)	Taxa Fixa+CDI	36.378	69.200
Finame (b)	TJLP+Taxa Fixa	35.404	77.198
Leasing financeiro (c)	Taxa fixa	52.371	61.616
Total empréstimos e financiamentos		124.153	208.014

Circulante	43.830	74.204
Não circulante	80.323	133.810
Total empréstimos e financiamentos	124.153	208.014

(a) Empréstimos e capital de giro

	Taxa a.a.	2021	2020
Banco Safra	9,80%	-	6.875
Banco Bradesco S/A	10,03%	15.431	23.606
Banco Itaú – Swap (i)	4,7% e 4,02%	24.761	45.162
(-) Encargos Financeiros	-	(3.814)	(6.443)
Total empréstimos e capital de giro		36.378	69.200

- (i) A Sociedade celebrou contratos junto ao Banco Itaú S.A. para operação de troca de resultado financeiro (*Swap* de fluxo de caixa). A Sociedade obriga-se pela diferença entre a parcela de juros e parcela de principal, caso estas sejam superiores as respectivas parcelas de juros e principal do Banco Itaú S.A. nas respectivas datas de pagamentos. Em 31 de dezembro de 2021, o resultado da marcação a mercado dos contratos de *Swap* não liquidados era de R\$ 2.080 a pagar ao Banco Itaú (Nota Explicativa nº 23).

(b) Finame

	Taxas a.a.	2021	2020
Banco Safra	10,31%	-	22.136
Banco Volvo Brasil S/A	10,09%	44.905	67.539
Banco Santander	10,09%	-	6.425
(-) Encargos financeiros	-	(9.501)	(18.902)
Total Finame		35.404	77.198

(c) Leasing financeiro

	Taxas a.a.	2021	2020
Banco Safra	9,03%	17.573	21.465
Banco Bradesco	9,85%	22.924	29.245
Banco Santander	9,17%	19.001	21.582
(-) Encargos financeiros	-	(7.127)	(10.676)
Total leasing financeiro		52.371	61.616

Os empréstimos e financiamentos estão representados por linhas de crédito obtidas através do *Finame*, *leasing* financeiro e empréstimos em moeda estrangeira basicamente obtidos para aquisição de veículos para a frota operacional, a taxas usuais de mercado junto aos bancos de primeira linha.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	205.747
Captação	31.700
Pagamento – principal	(35.580)
Pagamento – juros	(10.517)
Variação cambial	10.588
Swap – MTM	(11.930)
Encargos financeiros	18.006
Saldo em 31 de dezembro de 2020	208.014
Pagamento – principal	(87.275)
Pagamento – juros	(15.368)
Variação cambial	967
Swap – MTM	(2.080)
Encargos financeiros	19.895
Saldo em 31 de dezembro de 2021	124.153

O cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos de longo prazo é como segue:

Ano de vencimento

2023	43.830
A partir de 2024	36.493
Total empréstimos e financiamento passivo não circulante	80.323

13. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores de combustíveis, peças para manutenção, carrocerias e chassis	8.696	4.881
Total	8.696	4.881

Os saldos de fornecedores foram impactados pelo aumento no preço do combustível no exercício de 2021.

14. Obrigações trabalhistas e sociais

	2021	2020
Salários a pagar	4.896	4.637
Pensões alimentícias a pagar	199	167
INSS a recolher	2.133	2.344
FGTS a recolher	1.436	1.490
Provisão de férias e encargos sociais	15.324	14.916
Outros	434	230
Total	24.422	23.784

15. Obrigações tributárias

	2021	2020
PIS a recolher	4	3
COFINS a recolher	24	16
CPRB a recolher	1.199	807
IRRF a recolher	728	563
IRPJ a recolher	-	832
CSLL a recolher	-	448
Impostos retidos de terceiros a recolher	8	10
Total	1.963	2.679

16. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave

O pessoal-chave da administração inclui os diretores estatutários e os diretores administrativos. A remuneração paga ou a pagar por serviços está representada por honorários que atingiram R\$ 2.591 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.070 em 31 de dezembro de 2020).

Transações com partes relacionadas – compartilhamento de despesas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as transações com partes relacionadas referiram-se ao compartilhamento de custos e despesas administrativas pagas à Nossa Senhora do Ó S.A. (“CENSO”) no montante de R\$ 6.329 (R\$ 5.377 em 31 de dezembro de 2020).

17. Outras Contas a Pagar

	2021	2020
Indenizações	1.429	876
Compartilhamento - CENSO	1.088	500
Provisões Indedutíveis	879	643
Mútuo a Pagar (i)	10.038	-
Recebimentos Antecipados	1.332	2.273
Outras Contas a Pagar	2.132	1.996
Total	16.898	6.288
Circulante	5.528	4.016
Não circulante	11.370	2.272
Total Outras Contas a Pagar	16.898	6.288

(i) Ao longo de 2021 a Sociedade identificou a necessidade de captação de mútuos com sócios para manutenção do fluxo de caixa, registrados integralmente no longo prazo devido ao prazo indeterminado de pagamento.

18. Arrendamentos

A Sociedade possui contrato de arrendamento referente à duas garagens, sendo uma em Osasco e outra em Santana do Parnaíba, por serem contratos de mesma natureza, ambos estão sendo apresentados em conjunto.

O cronograma de pagamento dos arrendamentos e conforme segue:

Fluxo de pagamentos	2021
2022	7.500
A partir de 2023	82.500
Total	90.000
Encargos financeiros futuros	(36.114)
Valor presente do arrendamento	53.886
Curto prazo	2.550
Longo prazo	51.336
Total	53.886

A movimentação do arrendamento para os exercícios findos em 2021 e 2020 é conforme segue:

Saldo em 31/12/2019	64.857
Juros incorridos	6.117
Pagamentos – principal e juros	(5.080)
Descontos obtidos	(3.440)
Reajuste contratual	1.400
Saldo em 31/12/2020	63.854
Juros incorridos	5.591
Pagamentos – principal e juros	(8.095)
Reajuste contratual	(7.464)
Saldo em 31/12/2021	53.886

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IPCA estimada para 2021 de 7,1% representam os seguintes montantes:

Ativos de direito de uso	Passivos de Arrendamento	
	31/12/2021	31/12/2021
Fluxo real	Fluxo real	
Direito de uso	47.619	Passivo de arrendamento (53.886)
Depreciação	(4.319)	Despesa financeira (5.592)
	31/12/2021	31/12/2021
Fluxo inflacionado	Fluxo inflacionado	
Direito de uso	50.999	Passivo de arrendamento (57.712)
Depreciação	(4.625)	Despesa financeira (5.989)

Os ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – “Arrendamento”, sendo arrendamentos de curto prazo ou arrendamentos de baixo valor, geraram impacto no resultado conforme abaixo:

	2021	2020
Aluguel de imóvel	103	447
Total	103	447

19. Passivos contingentes

A administração da Sociedade, baseada na avaliação de seus assessores jurídicos, provisionou os processos classificados como perdas prováveis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 conforme segue:

Provisão para contingências	2021	2020
Trabalhistas (i)	21.949	20.071
Cível	249	821
Total	22.198	20.892

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade procedeu com o registro no montante de R\$ 1.719 (R\$ 17.767 em 2020) referente a provisão do Fator Acidentário de Prevenção (“FAP”) em discussão junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), dos quais possuem depósitos judiciais correspondentes, conforme mencionada na Nota Explicativa nº 7.

As movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.604
(Pagamentos)	(2.239)
Ingressos	19.669
(Reversões)	(1.142)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.892
(Pagamentos)	(10.598)
Ingressos	12.929
(Reversões)	(1.025)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	22.198

Perdas possíveis

A Sociedade tem ações de natureza trabalhistas e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 2.869 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 3.318 em 31 de dezembro de 2020).

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social está representado por 52.000.000 (cinquenta e dois milhões) quotas subscritas e integralizadas, ao valor unitário de R\$ 1,00 totalizando R\$ 52.000 (cinquenta e dois milhões de reais). Conforme a 19ª alteração do Contrato Social ocorrida em 05 de junho de 2018, os sócios cotistas aprovaram o aumento do capital com reservas de lucros na proporção de R\$ 18.000 (dezoito milhões de reais), mediante a emissão de 18.000.000 (dezoito milhões) de novas cotas a serem distribuídas aos sócios cotistas na proporção das participações já existentes.

b) Reserva de lucros

A administração da Sociedade propôs a constituição da reserva de lucros a destinar mediante a destinação integral do saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 30.897 (R\$ 10.786 em 31 de dezembro de 2020), conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido.

21. Receita líquida

	2021	2020
Receita bruta		
Prestação de serviços públicos	461.188	410.577
Total	461.188	410.577
Impostos e contribuições sobre receitas		
Contribuição Previdenciária (sobre receita bruta)	(9.224)	(8.211)
	(9.224)	(8.212)
Receita líquida	451.964	402.366

22. Custo dos serviços prestados

	2021	2020
Custo com pessoal	(207.162)	(203.092)
Combustível/lubrificantes	(95.338)	(66.597)
Materiais	(26.528)	(21.876)
Serviços	(1.467)	(1.557)
Legalizações – veículos	(697)	(830)
Aluguéis de bens e imóveis	(77)	(40)
Manutenção de bens e instalações	(743)	(478)
Concessionárias	(51)	(14)
Depreciação/amortização	(28.667)	(28.814)
Serviços profissionais	(25)	(26)
Outros custos	(2.161)	(533)
Total	(362.916)	(323.857)

23. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Despesa com pessoal	(18.713)	(15.015)
Despesas com veículos	(187)	(26)
Legalização de veículos	(26)	(13)
Aluguéis de bens e imóveis	(491)	(407)
Provisões para contingências (i)	(1.580)	(16.288)
Manutenção de bens e instalações	(1.505)	(1.091)
Concessionárias	(1.468)	(1.528)
Depreciação/amortização	(4.790)	(5.097)
Serviços profissionais	(2.480)	(1.820)
Compartilhamento de despesas - CENSO	(6.329)	(5.379)
Outras despesas	(624)	(22)
Total	(38.193)	(46.686)

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade procedeu com o registro no montante de R\$ 17.767 referente a provisão do Fator Acidentário de Prevenção (“FAP”), em virtude da estimativa de perda sobre o tema que está sendo discutido junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

24. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receitas financeiras		
Juros e dividendos	183	142
Juros sobre aplicações financeiras	1.061	381
Descontos obtidos	27	300
Desconto de juros sobre arrendamento	-	1.968
Resultado com liquidação de Swap (ii)	4.298	-
Resultado sobre operação de Swap (i)	2.080	11.930
Outras receitas financeiras	-	2.882
Total das receitas financeiras	7.649	17.603
Despesas financeiras		
Juros passivos sobre empréstimos e financiamentos	(19.895)	(18.006)
Variação cambial	(967)	(10.588)
Juros sobre arrendamento (i)	(5.591)	(6.117)
Descontos concedidos	(4)	(7)
Despesas bancárias (i)	(45)	(31)
Outras despesas financeiras	(39)	(37)
Total das despesas financeiras	(26.541)	(34.786)
Resultado financeiro líquido	(18.892)	(17.183)

- (i) A Sociedade procedeu com a reclassificação das despesas financeiras, para melhor apresentação dos juros de arrendamento, demais despesas bancárias e resultado sobre variação *Swap*, a citada reclassificação não resultou em outros efeitos sobre as demonstrações contábeis.
- (ii) Em 2021 foi liquidado contrato de Swap. A Sociedade reconheceu o ganho no resultado e incorreu no recolhimento dos impostos devidos.

25. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%, consoante legislação específica, e a contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	32.272	15.779
Adições/(exclusões)	(15.131)	19.136
Lucro tributável	17.141	34.915
Imposto de renda	(2.302)	(5.238)
Adicional de 10%	(1.365)	(3.468)
Contribuição social	(1.381)	(3.143)
Outras	213	581
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.001)	(11.268)

26. Cobertura de seguros

A Sociedade não possui cobertura de seguros, em virtude de não considerar aplicável em sua atividade operacional, para cobrir eventuais perdas no seu ativo imobilizado.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação quanto à necessidade de contratação, bem como da adequação das coberturas de seguros.

27. Transações que não afetam caixa

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 43, a seguir estão apresentadas as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa.

	2021	2020
Transações de investimento		
Adição (reversão) de contrato de arrendamento	(7.464)	1.400

	2021	2020
Transações de financiamento		
Adição (reversão) de direito de uso	(7.464)	1.400

28. Eventos subsequentes

Conflito Rússia e Ucrânia

A administração está atenta ao conflito entre Rússia e Ucrânia e às sanções econômicas, financeiras e medidas em geral impostas por governos estrangeiros, organizações internacionais e diversas entidades privadas à Rússia, em especial aos potenciais impactos na atividade econômica e financeira global, cadeias de suprimentos em geral, disponibilidade logística e impactos em operações de fornecedores e clientes. Somente no 1º trimestre de 2022, o custo do diesel aumentou cerca de 20% e isso nos obriga a uma nova rodada de negociações com os órgãos gestores para compensar as perdas por conta dessa forte elevação. Além disso, todo o Grupo tem tomado algumas medidas para tentar reduzir o consumo de diesel em sua frota com o aperfeiçoamento do uso de tecnologias de monitoramento telemétrico.

Devido às incertezas decorrentes do impacto potencial na economia global, e, conseqüentemente na demanda e custos de produtos, na cadeia de suprimentos global e impactos nas operações industriais, não é possível prever com precisão eventuais efeitos na posição patrimonial e financeira da Sociedade após a data de emissão dessas demonstrações contábeis.

* * *